

Trabalho e Educação: Um Estudo de Caso com Professores de Escolas Rurais

Paulo Roberto Ribeiro Marinho*

Faculdade de Ensino Superior Santa Bárbara - FAESB, Tatuí, SP, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3661-7251>

Maria Luiza Gava Schmidt**

Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP, Assis, SP, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3296-7238>

Mário Sérgio Vasconcelos***

Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP, Assis, SP, Brasil
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3977-827X>

RESUMO

O presente artigo propõe analisar o contexto de trabalho dos professores de duas escolas rurais do interior do estado de São Paulo, com o intuito de demonstrar que o ambiente de trabalho pode estar relacionado aos riscos de adoecimento dos professores, considerando a perspectiva de saúde do trabalhador. Trata-se de um estudo de caso exploratório descritivo com enfoque quantitativo, que contou com a participação de 20 professores das duas escolas rurais. Os instrumentos de coleta de dados foram Questionário Sociodemográfico e Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT), que abordam aspectos da organização, das condições de trabalho e das relações socioprofissionais. Os resultados apontaram para o nível crítico nos três fatores avaliados na escola "B", que indicaram aspectos tais como o número insuficiente de pessoas para realizar as tarefas, as tarefas repetitivas, entre outros. Na escola "A", o fator Organização do Trabalho foi avaliado de forma negativa, em itens como a falta de tempo para realizar a pausa de descanso e a rigidez das normas das tarefas. Esses aspectos revelam estado de preocupação nas escolas e merecem medidas de intervenção nesse ambiente a fim de minimizar riscos à saúde dos professores que atuam no contexto de escola rural.

Palavras-chave: contexto de trabalho, professores, escola rural, riscos à saúde.

Work and Education: A Case Study with Rural School Teachers

ABSTRACT

This article proposes to analyze the work context of teachers who work at two rural schools in the country side of the state of São Paulo. It aims to demonstrate that the work environment may be related to the teachers' risk of illness according to the worker's health perspective. The study methodology consists in an exploratory descriptive case study with a quantitative focus,

which counted on the participation of 20 teachers from both rural schools. The data collection instruments were a Sociodemographic Questionnaire and the Work Context Assessment Scale (EACT), which address the aspects of organization, working conditions as well as socio-professional relationships. The results pointed to a critical level with respect to the three evaluated factors in “B” school, indicating aspects such as the insufficient number of people to perform the tasks, which tend to be repetitive, among others factors. About the “A” school, the Work Organization factor was negatively assessed as the rest period tends to be short as well as the task rules tend to be very rigid. These aspects reveal a state of concern in schools and have shown the need of some intervention measures in this environment in order to minimize the risks to the health of the teachers who work at rural schools.

Keywords: work context, teachers, rural school, risks to health.

Trabajo y Educación: Un Estudio de Caso con Maestros de Escuelas

Rurales

RESUMEN

Este artículo propone analizar el contexto laboral de profesores de dos escuelas rurales del interior del estado de São Paulo, con el propósito de demostrar que el clima laboral puede estar relacionado con el riesgo de enfermedad de los profesores, considerando la perspectiva de salud del trabajador. Se trata de un estudio de caso, exploratorio, descriptivo con enfoque cuantitativo, con la participación de 20 profesores de las dos escuelas rurales. Los instrumentos de recopilación de datos fueron: Cuestionario Sociodemográfico y Escala de Evaluación del Contexto Laboral (EACT), que abordan aspectos de la organización, condiciones laborales y relaciones socioprofesionales. Los resultados apuntan al nivel crítico en los tres factores evaluados en la escuela “B”, factores como: el número de personas es insuficiente para realizar las tareas, las tareas son repetitivas, entre otros. En la escuela “A” se valoró negativamente el factor Organización del Trabajo, ítems como: la falta de tiempo para tomar un descanso y la rigidez de las reglas de la tarea. Estos aspectos revelan un estado de preocupación en las escuelas y merecen medidas de intervención en el contexto para posibilitar un menor riesgo de salud para los profesores que trabajan en el contexto de escuela rural.

Palabras clave: contexto laboral, maestros, escuela rural, riesgos para la salud.

A Organização Internacional do Trabalho (1984), em estudo sobre a condição do professor, destaca que a profissão docente é uma das mais estressantes e de grande fator de risco à saúde. Para Birolim, Mesas, González, Santos, Haddad e Andrade (2019) é de suma importância que os professores tenham espaços no ambiente de trabalho que possibilitem a

troca de experiências, o apoio social e disponham de políticas públicas dirigidas à saúde profissional.

Um estudo bibliográfico realizado por Cortez, Souza, Amaral e Silva (2017) comprova que ainda são escassas as pesquisas abordando o contexto de trabalho dos professores. Tal fator repercute em menor probabilidade de se gerar reais transformações do contexto laboral desses profissionais e revela a importância de pesquisas sobre esses trabalhadores.

Em pesquisa realizada no contexto universitário, Hoffmann, Zanini, Moura e Machado (2019) analisaram as vivências de prazer e de sofrimento de docentes em uma instituição de ensino superior brasileira e outra portuguesa. O estudo utilizou a escala de avaliação do contexto de trabalho (EACT) e teve a participação de 326 sujeitos, sendo 251 brasileiros e 75 portugueses. O resultado da pesquisa apontou como críticos os fatores avaliados para ambas as instituições de ensino superior.

Existem também pesquisas a esse respeito em outras áreas de atuação. A associação entre contexto de trabalho no Judiciário Federal do Rio Grande do Sul e transtornos mentais foi fonte de pesquisa de Amazarray, Oliveira e Feijo (2019), que utilizaram a escala de avaliação do contexto de trabalho (EACT) e o *Self-Reporting Questionnaire* em 2.063 servidores. O estudo demonstrou forte associação positiva entre contexto de trabalho e transtornos mentais comuns, indicando que o contexto laboral do Judiciário, quando em situações críticas e/ou graves, potencializa o sofrimento psíquico.

A percepção dos trabalhadores também mostra que aspectos da organização do trabalho, condições de trabalho e relações socioprofissionais podem contribuir para o risco à saúde (Mendes & Ferreira, 2007). Para estas pesquisadoras, a definição de contexto de trabalho refere-se ao local material, organizacional e social no qual exercem as atividades e as estratégias individuais e coletivas de mediação utilizadas pelos trabalhadores na interação com a realidade profissional. O aumento do adoecimento dos trabalhadores está intimamente relacionado ao sofrimento psíquico decorrente da relação que eles estabelecem no contexto de trabalho.

A literatura aponta que o trabalho do professor é distinto no que diz respeito aos contextos. Trabalhar em escolas municipais não equivale a trabalhar em escolas estaduais e federais, pois as missões são diferentes (Assunção & Abreu, 2019). Além disso, conforme apontado por Carlotto, Câmera e Oliveira (2019), uma característica importante dessas diferenças diz respeito às regionalidades distintas existentes no Brasil e também às variações da localização das escolas por serem urbanas ou rurais.

Na atualidade, há autores que se referem à Educação Rural como sendo Educação do Campo. Esse conceito surge em 1997, no Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, que buscou valorizar e resgatar autonomia do ensino realizado nos espaços rurais (Fernandes & Molina, 2005). No que tange ao contexto rural ou educação no campo, estudos revelam que muitos aspectos precisam ser analisados, pois existem escolas que funcionam em situações precárias e sem estruturas adequadas, outras que possuem difícil acesso e cujos professores trabalham com carga horária maior do que a permitida, o que acaba prejudicando seu trabalho pedagógico (Santos & Santos, 2017). No entanto, são poucos os estudos sobre escolas rurais, menos ainda sobre a saúde dos professores que trabalham nesse contexto.

Em face dessas considerações iniciais, este artigo tem como objetivo analisar o contexto de trabalho dos professores de duas escolas rurais do interior paulista. Mais especificamente, discute, sob a perspectiva da saúde do trabalhador, que o ambiente de trabalho pode estar relacionado aos riscos de adoecimentos dos professores.

Método

Tipo de Investigação

Esta pesquisa consiste em um estudo exploratório descritivo, com enfoque quantitativo. Pesquisas descritivas são apropriadas especialmente quando o pesquisador “pretende fazer descrições comparativas entre grupos, ou subgrupos de pessoas, objetos ou indicadores” (Sampieri, Collado, & Lúcio, 2013, p. 229). O delineamento é de estudo de caso, já que o objetivo foi o de promover uma investigação em que o critério da profundidade é determinante sobre o da amplitude (Ventura, 2007).

Participantes

A pesquisa contou com a participação de 10 professores de cada uma das duas escolas rurais, totalizando 20 professores que lecionam para crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A fim de manter o anonimato para as escolas, adotou-se a identificação de escola “A” e escola “B”. Por decisão dos pesquisadores, foi considerado o possível impacto negativo diante dos resultados da pesquisa e, por esta razão, a escolha dos sujeitos foi determinada pelos critérios de acessibilidade.

Procedimentos Éticos

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP), campus de Assis, e aprovado sob o parecer nº 2.237.981/2017. Os critérios de inclusão dos participantes foram: ser professor contratado em diferentes regimes de trabalho; atuante em uma das escolas rurais; concordar com a participação na pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Todos os 20 sujeitos que atenderam aos critérios responderam por completo o questionário sociodemográfico e assinaram o TCLE.

Procedimento de Análise de Dados

Para a inclusão dos dados no processo de análise da pesquisa foi elaborado um banco de dados em planilha eletrônica, versão *Microsoft Office Excel*, por meio da qual foi possível construir a caracterização dos indivíduos participantes da pesquisa. O tratamento dos dados deu-se por meio de estatística descritiva, com média e desvio padrão, bem como cálculo do coeficiente de *alpha* de Cronbach para verificação da consistência interna.

Instrumentos

Para este estudo foi utilizado um Questionário Sociodemográfico e Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT). Foram realizadas duas aplicações-teste do Questionário Sociodemográfico com professores que não lecionavam nas escolas participantes da pesquisa. Depois de analisadas tais aplicações, foram feitas modificações no questionário com o intuito de tornar a coleta de informações a mais compreensível aos professores. Pode-se citar, como exemplo, a necessidade de substituir o termo “escola do campo” por “escola rural”. A Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT) apresenta três fatores a serem analisados: Organização do Trabalho; Condições de Trabalho; e Relações Socioprofissionais. As dimensões avaliadas pelo EACT podem ser indicadas, na percepção dos trabalhadores, como satisfatórias, críticas ou graves. Os resultados foram interpretados conforme os seguintes níveis: sendo abaixo de 2,29 avaliação positiva (satisfatória), entre 2,3 e 3,69 avaliação moderada (resultado crítico), nível acima de 3,7 avaliação negativa (grave).

Os resultados foram discutidos com base no referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) proposto por Christophe Dejours (1994), que analisa fatores subjetivos e objetivos em contextos de trabalho e que podem influenciar esse contexto transformando-o em lugar de saúde e/ou de adoecimento.

Na literatura não foram encontrados estudos que tenham utilizado a EACT com professores de área rural. A EACT foi construída e validada no Brasil por Mendes e Ferreira (2008) sendo, segundo os autores, uma “ferramenta” à disposição dos profissionais que atuam no campo das ciências do trabalho.

No que se refere a estudos com outras modalidades metodológicas sobre professores que atuam na área rural, Coelho e Souza (2011), por exemplo, concluíram que as relações de trabalho do docente atuante na educação infantil e no campo são permeadas por dificuldades que inviabilizam práticas educativas de qualidade, e isto implica em desgaste dos professores. Hashizume e Lopes (2006) detectaram que a convivência com a sobrecarga de trabalho na área rural é causa de muito sofrimento de docentes. Localizamos também a pesquisa de Silveira, Enumo e Batista (2014), com professores que ministravam aulas em salas “multisseriadas”, de escolas da zona rural, de uma cidade do Espírito Santo (ES). Esta pesquisa apontou que os docentes consideraram o seu trabalho mais estressante quando comparado com outras atividades. Entre os fatores apresentados, indicaram o desinteresse e o comportamento dos alunos (indisciplina e agressividade), o ambiente físico inadequado como obstáculo à ação pedagógica e a permanente pressão por atingir resultados. Os resultados destas pesquisas possuem aproximações com os resultados e as discussões que apresentaremos a seguir.

Resultados e Discussão

Caracterização dos Participantes

Informações do questionário sociodemográfico revelaram que a maioria dos participantes é do sexo feminino (95%). Um único professor, que trabalha na escola “A”, é do sexo masculino. Em relação à faixa etária, ao tempo médio de atuação nas escolas rurais e à carga horária, não houve diferença significativa nas características dos participantes. De forma geral, quando comparadas as médias das variáveis sociodemográficas, os participantes do estudo apresentaram percepções similares do contexto de trabalho entre as duas escolas. Na escola “A” o número de professores concursados totalizou nove. Na escola “B” foi de apenas cinco.

No que diz respeito à formação dos professores, verificou-se nas duas escolas um cenário semelhante. No total, 16 professores possuem formação em pedagogia; dois em educação física; e dois são licenciados em educação artística. Referente à pós-graduação *lato sensu*, ao todo, 16 são especialistas e os professores lecionam do 1º ao 5º dos anos iniciais do ensino fundamental. A média de idade dos professores da escola “A” foi de 43,8; já na escola “B” essa média caiu para 38,3. Não houve diferença significativa no que tange ao estado civil dos professores. Notou-se que metade dos professores de ambas as escolas se encontrava casada e os demais estavam entre solteiros e separados. A maior parte dos professores possui filhos: na escola “A”, 60%, e na escola “B”, 70%.

Quanto ao tempo médio de atuação no magistério, na escola “A” foi de 12,9 e na escola “B” foi de 11,3 anos. No que se refere ao tempo de exercício profissional na área rural, os da escola “A” perfazem 6,9 e da “B” 5,2 anos, revelando que os professores da escola “A” possuem mais tempo de carreira docente, tanto em outros contextos como na área rural.

No tocante à carga horária de trabalho dos professores das escolas pesquisadas, pôde-se observar que oito professores da escola “A” possuíam carga horária máxima de 36 horas, ao passo que na escola “B” sete docentes lecionavam com a carga máxima de 36 horas. Santos (2010) destaca que os professores que atuam nas escolas rurais enfrentam jornadas de trabalho exaustivas, tendo que cumprir simultaneamente a docência e a função de outros profissionais da educação, como de diretor, coordenador, secretário, merendeiro, porteiro, faxineiro, entre outras atividades.

Referente ao estado de saúde dos professores, evidenciou-se que a metade dos professores da escola “A” relatou possuir algum problema de saúde, ao passo que na escola “B” esse número foi de quatro professores; três professores da escola “A” consideraram que o trabalho teria influenciado seu problema de saúde. Na escola “B” esse número foi de dois professores; quatro professores da escola “A” faziam uso de algum tipo de medicamento; na escola “B” o número de professores totalizou três professores; quatro professores da escola “A” tiveram que se afastar por motivo de saúde e na escola “B” esse número foi de três professores.

Os participantes de ambas as escolas apresentaram queixas relacionadas à saúde, porém os professores da escola “B” apresentaram maior número de queixas. Entre as principais queixas, os professores da escola “A” manifestaram preocupação em excesso, irritabilidade e impaciência; a escola “B” as principais queixas foram, tremores, fadiga, dor lombar, dificuldade de digestão, dificuldade para dormir, insônia, ansiedade e dificuldade de concentração.

Contexto Organizacional dos Professores

Fator 1: Organização do Trabalho

A seguir sintetizaremos a Escala de Avaliação do Contexto do Trabalho (EACT) e seus fatores, apresentando média, desvio padrão e *alpha* de Cronbach de cada um dos fatores das duas escolas. Esta escala avalia aspectos relacionados à Organização do Trabalho, às Condições de Trabalho e às Relações Socioprofissionais.

As questões do primeiro fator se referem à Organização do Trabalho e compõem-se de 11 itens que têm o objetivo de analisar a divisão das tarefas, o ritmo e controle das atividades laborativas, expressas pela visão da gestão de pessoas e da natureza do trabalho (Ferreira & Mendes, 2003). A Tabela 1 exhibe os resultados oriundos desta dimensão.

Tabela 1

Estatística descritiva do fator Organização do Trabalho da EACT

Dimensões	Escolas	Médias	Desvio Padrão	Alpha de Cronbach	Situação
Organização do Trabalho	A	3,10	0,59	0,73	Crítica
	B	3,25	0,78	0,93	Crítica

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Os resultados para esse fator na escola “A” atingiram $\mu = 3,10$, $\sigma = 0,59$ e $\alpha = 0,73$, situando-se na faixa de avaliação “moderada à crítica” para os professores, incluindo os seguintes itens: falta de tempo para realizar a pausa de descanso ($M= 4,09$); as normas para execução das tarefas são rígidas ($M= 4,0$); o número de pessoas é insuficiente para realizar as tarefas ($M= 3,64$); as tarefas são repetitivas ($M= 3,18$); os resultados esperados estão fora da realidade ($3,09$); as tarefas executadas sofrem descontinuidade ($M= 2,73$); existe fiscalização do desempenho ($M=2,82$); existe divisão entre quem planeja e quem executa ($M= 2,60$); o ritmo de trabalho é excessivo ($M= 2,55$); existe forte cobrança por resultados ($M= 2,55$). Somente o item sobre as tarefas serem cumpridas com pressão de prazos ($2,24$) foi considerado positivo, ou seja, satisfatório.

Na escola “B” os resultados foram $\mu = 3,25$, $\sigma = 0,78$ e $\alpha = 0,93$. Verificou-se uma avaliação de “moderada à crítica” para os professores e os itens que atingiram maior pontuação foram: o número de pessoas é insuficiente para realizar as tarefas ($M=4,18$); os

resultados esperados estão fora da realidade ($M= 4,0$); as tarefas são repetitivas ($M=3,91$); as tarefas executadas sofrem descontinuidade ($M=3,91$); as tarefas são cumpridas com pressão e prazo ($M=3,91$); existe fiscalização de desempenho ($M=3,73$); o ritmo de trabalho é acelerado ($M= 2,82$); existe divisão de quem planeja e quem executa ($M=2,80$) e falta de tempo para realizar a pausa de descanso ($M= 2,64$).

Os itens a seguir foram considerados satisfatórios para os professores: existe forte cobrança por resultados ($M= 1,73$) e as normas para execução das tarefas são rígidas ($1,64$).

Os valores do *alpha* de Cronbach indicaram pouca dispersão em torno da média, o que revela semelhanças na percepção dos trabalhadores sobre o primeiro fator avaliado: Contexto de Trabalho dos professores das escolas rurais. A escala de avaliação do contexto de trabalho revelou resultados desfavoráveis para ambas as unidades escolares rurais, cujas médias obtidas caracterizaram um risco moderado e crítico, indicando, assim, que a organização escolar, na percepção dos professores, favorece de forma moderada o adoecimento. É possível evidenciar que, diante dos resultados obtidos, alguns professores podem estar vivenciando uma situação limite que pode gerar mal-estar no trabalho e, conseqüentemente, risco de adoecimento.

No que se refere à Organização do Trabalho dos professores da escola “A”, dois aspectos foram avaliados como graves: a falta de tempo para realizar a pausa de descanso e a rigidez das normas para execução das tarefas. Na escola “B” foram seis aspectos avaliados como graves: o número de pessoas é insuficiente para realizar as tarefas; os resultados esperados estão fora da realidade; algumas tarefas executadas sofrem descontinuidade e outras são repetitivas; as tarefas são cumpridas com pressão e prazo e existe fiscalização de desempenho. Os professores possuem percepções distintas no item Organização do Trabalho, mas chama a atenção que, na escola “B”, os professores estão mais descontentes com o seu ambiente de trabalho.

O primeiro fator da escala EACT demonstrou aspectos negativos para os professores das escolas avaliadas. A esse respeito, Dejours (1986) relata que a organização do trabalho é responsável pelas conseqüências penosas ou desfavoráveis para o funcionamento psíquico do trabalhador.

Da mesma maneira que em outras escolas, a “escola rural tem que dar conta da educação básica como direito ao saber, direito ao conhecimento e direito à cultura produzida socialmente” (Bönmann, 2015, p. 10). Assim sendo, o trabalho do professor em escolas públicas rurais está marcado por uma forma específica de organização influenciada pelas reformas educacionais que, por sua vez, “têm atuado fortemente sobre a organização escolar

nos diversos contextos, implicando novas formas de ensinar e de avaliar” (Oliveira, Gonçalves, Melo, Fardin, & Mill, 2002, p. 57). Essas mudanças requerem novos procedimentos na anotação e observação dos alunos, mais dispêndio de tempo do professor para atender os alunos e grande quantidade de reuniões com colegas para planejamento e avaliação do trabalho. Tais fatores contribuem para a intensificação do trabalho e, conseqüentemente, implicam sobrecarga de atividades.

Cabe ressaltar outras especificidades do trabalho do professor que atua na área rural, descritas por Coelho e Souza (2011), que dizem respeito ao comprometimento da prática educativa desenvolvida em sala de aula em virtude da falta de formação específica para atuação neste contexto, bem como da falta de um currículo adequado ao meio rural.

Fator 2: Condições de Trabalho

O segundo fator, Condições de Trabalho, é composto por 10 itens que estão expressos na Tabela 2. O fator Condições de Trabalho pode ser definido, conforme Ferreira e Mendes (2003), como a qualidade do ambiente físico, do posto de trabalho, dos equipamentos e materiais disponibilizados para a execução do próprio trabalho. Este fator é constituído por elementos estruturais que expressam as condições de trabalho presentes no *locus* de produção e caracterizam sua infraestrutura, apoio e práticas administrativas.

Tabela 2

Estatística descritiva do fator Condições de Trabalho da EACT

Dimensões	Escolas	Médias	Desvio Padrão	Alpha de Cronbach	Situação
Condições de Trabalho	A	2,28	0,62	0,88	Satisfatória
	B	2,47	0,45	0,54	Crítica

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

A pontuação para a dimensão do fator Condições de Trabalho dos professores da escola “A” alcançou $\mu = 2,28$, $\sigma = 0,62$ e $\alpha = 0,88$, apresentando estado satisfatório. A seguir, destacam-se os itens que foram avaliados de modo positivo pelos professores: as condições de trabalho oferecem riscos à segurança física das pessoas ($M=2,20$); o ambiente físico é desconfortável ($M=2,0$); o material de consumo é insuficiente ($2,00$); os equipamentos necessários para a execução das tarefas são precários ($M= 2,0$); o espaço físico para realizar o

trabalho é inadequado (M= 1,90); as condições de trabalho são precárias (M=1,70) e o mobiliário existente no local de trabalho é inadequado (1,20).

Os próximos itens foram considerados como negativos para os professores: o posto de trabalho é inadequado para execução das tarefas (3,30); os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas (M= 3,0) e existe barulho no ambiente de trabalho (M=2,90).

Para os professores que atuam na escola “B”, o resultado foi de $\mu = 2,47$, $\sigma = 0,45$ e $\alpha = 0,54$, evidenciando o resultado como “moderado a crítico”. Os itens que atingiram maior pontuação negativa foram: o mobiliário existente no local de trabalho é inadequado (M=3,20); o ambiente físico é desconfortável (M= 2,80); as condições de trabalho são precárias (M=2,70); o posto de trabalho é inadequado para a execução das tarefas (M=2,60); existe barulho no ambiente de trabalho (M=2,40); o espaço físico para realizar o trabalho é inadequado (M=2,40) e as condições de trabalho oferecem riscos à segurança física das pessoas (M=2,30). Três itens foram considerados positivos para estes professores: os equipamentos necessários para a execução das tarefas são precários (M=2,0); o material de consumo é insuficiente (2,00) e os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas (M=1,50).

Pode-se analisar que não houve aspectos apontados como graves em ambas as escolas pesquisadas. No entanto, o resultado do fator Condições de Trabalho da EACT dos professores que trabalham na escola “B” foi crítico, ou seja, esse fator pode estar contribuindo com a insatisfação desse grupo de professores. O resultado crítico conduz a aspectos relacionados à infraestrutura e apoio institucional, e chama a atenção para a necessidade de melhorias no ambiente físico, bem como sobre equipamentos utilizados como computadores, quadros, salas de aula e de reunião, espaço para atividades físicas, cadeiras, entre outros. A insatisfação oriunda da questão ergonômica inadequada à personalidade do sujeito trabalhador desencadeia uma carga do trabalho psíquica que é distinta da carga de trabalho física (Dejours, 2015). Os efeitos deste desprazer produzido pelas condições de trabalho, que geram mal-estar para os professores da escola “B” e são registrados psiquicamente, podem provocar desordens no corpo.

É preciso destacar que a educação rural foi desprestigiada durante muitos anos e isso impacta diretamente nas condições de trabalho. Apenas na década de 1990 a educação rural adquiriu um discreto espaço no cenário social (Arroyo, 2006). Além disso, a educação no contexto rural brasileiro se configura em espaços multiculturais e, deste modo, a atuação do

professor é caracterizada por especificidades locais construídas mediante os saberes e as práticas da experiência educativa cotidiana (Fonseca & Silva Junior, 2007).

Em vista de todos esses fatores, para tornar o contexto de trabalho dos professores atuantes na área rural mais saudável sugere-se como alternativa o investimento na formação, tanto inicial como continuada, para auxiliar nas práticas pedagógicas, uma vez que atuar na educação não é algo fácil, sobretudo considerando as especificidades da zona rural. Outro aspecto que merece atenção diz respeito à proposição curricular para a educação infantil articulada ao contexto rural. A insatisfação em desenvolver um trabalho pedagógico pautado em um currículo urbanocêntrico, fora da realidade dos sujeitos que vivem no meio rural, pode se converter em sofrimento psíquico por causa da obrigação de realizar uma tarefa desinteressante, sem significado e sentido, seja para os alunos, para os docentes ou até para a própria comunidade onde a escola está inserida (Dejours, 2015).

O resultado da EACT no fator Condições de Trabalho da escola “A” foi satisfatório, indicando que esse aspecto se apresenta como positivo na escola. Desse modo, as condições de trabalho podem ser de satisfação e saúde para os professores da escola “A” ou fonte de adoecimento como pode estar ocorrendo na escola “B”. Não se trata somente de tutelar a doença, nem a saúde, como completo bem-estar, mas também em sentido antropológico e político da possibilidade do cidadão trabalhador de autorrealizar-se pelo trabalho. O trabalho pode ser fonte geradora de sofrimento, mas também pode ser a via criativa do profissional. Isso significa que a relação sujeito-trabalho-sofrimento pode se ressignificar no e com o próprio trabalho. Com isso, os fatos tornam-se importantes para serem interpretados: “se um trabalho permite a diminuição da carga psíquica, ele é equilibrante. Se ele se opõe a essa diminuição, ele é fatigante” (Dejours, 2012, p. 25).

Fator 3: Relações Socioprofissionais

Por último, tem-se o terceiro fator – Relações Socioprofissionais –, que engloba os modos de gestão do trabalho, a comunicação e a interação profissional (Mendes & Ferreira, 2008). O fator Relações Socioprofissionais é constituído pelos elementos de ordem interacional que expressam as relações interpessoais presentes no cenário de trabalho e caracterizam, de modo geral, a dimensão social. A Tabela 3 exhibe os resultados alcançados nesta dimensão.

Tabela 3*Estatística descritiva do fator Relações Socioprofissionais da EACT*

Dimensões	Escolas	Médias	Desvio Padrão	Alpha de Cronbach	Situação
Relações	A	2,17	0,41	0,50	Satisfatória
Socioprofissionais	B	2,38	0,66	0,87	Crítica

Fonte: Elaborada pelo pesquisador.

Os resultados dos professores da escola “A” atingiram $\mu = 2,17$, $\sigma = 0,41$ e $\alpha = 0,50$, apresentando estado satisfatório. A seguir, destacam-se os itens que foram avaliados de modo positivo pelos professores: as tarefas não estão claramente definidas ($M= 2,25$); os funcionários são excluídos das decisões ($M=2,22$); falta integração no ambiente de trabalho ($M=2,00$); falta apoio das chefias para o meu desenvolvimento profissional ($M= 1,70$) e as informações de que preciso para executar minhas tarefas são de difícil acesso ($M=1,30$).

Os próximos itens, no que diz respeito às Relações Socioprofissionais, foram considerados como negativos na percepção destes professores: a autonomia é inexistente ($M= 2,70$); a distribuição das tarefas é injusta ($2,60$); existem dificuldades de comunicação chefia-subordinado ($2,40$) e existem disputas profissionais no local de trabalho ($2,40$).

Os professores que trabalham na escola “B” obtiveram os resultados de $\mu = 2,38$, $\sigma = 0,66$ e $\alpha = 0,87$, considerado como “moderado a crítico”. Os itens que atingiram maior pontuação negativa foram: a comunicação entre os funcionários é insatisfatória ($M=3,50$); falta integração no ambiente de trabalho ($M=3,20$); os funcionários são excluídos das decisões ($M=3,10$); existem disputas profissionais no local de trabalho ($2,50$) e a distribuição das tarefas é injusta ($M=2,40$).

Os itens a seguir foram considerados positivos para os professores da escola “B”: falta apoio das chefias para o meu desenvolvimento profissional ($M= 2,20$); as tarefas não estão claramente definidas ($M=2,00$); a distribuição das tarefas é injusta ($M= 2,00$) e a autonomia é inexistente ($1,50$).

As relações socioprofissionais analisadas pela EACT permitiram verificar que em ambas as escolas não houve aspectos apontados como graves. Na percepção dos professores da escola “A” a avaliação foi positiva, ou seja, satisfatória no que diz respeito ao aspecto “relações sociais produzidas por meio do trabalho”, favorecendo o desempenho da função e contribuindo para a saúde dos professores. O resultado da escola “B” foi crítico, indicativo de que as relações sociais apresentam estado de alerta diante do contexto das relações no trabalho. Tal resultado é considerado negativo, já que as relações socioprofissionais contribuem para o risco de saúde

dos professores. A falta de clareza na definição das tarefas e a existência de disputas profissionais foram os dois itens avaliados de forma negativa e caracterizados como críticos para os professores de ambas as escolas.

Comparando os itens, novamente a escola “B” obteve mais índices avaliados de forma negativa. A importância desse aspecto ocorre por meio da percepção que os professores possuem dos aspectos sociais por meio das relações de trabalho relacionados a grupo de trabalho coeso, comprometimento e responsabilidade com o trabalho. O coletivo entre os professores pode ser considerado o ponto forte no contexto escolar, pois as relações sociais de trabalho baseiam-se na confiança, na união e na ajuda mútua. Sendo satisfatórias, beneficiam o desejo dos profissionais e o bom desempenho de seu trabalho.

A dimensão social contemplada na subescala Relações Socioprofissionais tem conquistado mais o olhar de equipes gestoras dentro das instituições e organizações. Por isso, o resultado sinaliza preocupações em razão do estado crítico encontrado na escola “B”, pois nem todas as equipes gestoras consideram que essas relações podem ficar vulneráveis por fatores como cobranças, calendário acadêmico, falta de comprometimento do grupo com a escola, entre outros. E, em consequência, esses e outros fatores podem levar o trabalhador a viver um sofrimento, a exemplo do papel do professor que é submetido a uma pressão intensa por parte de familiares dos alunos e da gestão da escola (Fonseca, 2001; Freitas & Facas, 2013).

Considerações Finais

Concretizar este estudo possibilitou refletir sobre a forma como o contexto de trabalho engloba diversos aspectos que interferem diretamente no desempenho do professor, em sua satisfação ou não com a escola e sua relação com os riscos à saúde. As variáveis dos fatores Contexto de Trabalho, Condições de Trabalho e Relações Socioprofissionais foram avaliadas de formas diferentes na percepção dos professores das escolas analisadas. Revelaram experiências negativas vivenciadas no cotidiano dos professores da escola “B”, visto que, as três dimensões avaliadas pela EACT atingiram o escore crítico, o que indica que os professores desta escola podem estar com maior risco de adoecimento e que os fatores identificados devem ser mediados o quanto antes.

Dessa forma, a presente pesquisa pode trazer contribuições éticas, sociais e pode servir de orientação para políticas públicas. Na medida em que apresenta indicadores das condições de vivências relacionadas ao prazer, especialmente na escola “A”, e de sofrimento na escola

“B”, indica a necessidade de uma análise minuciosa com o objetivo de fortalecer as intervenções em curto prazo e de diminuir os possíveis fatores de risco dos professores que atuam no contexto rural.

Este estudo também abordou de maneira inédita o contexto de trabalho com os professores de escolas rurais por meio da EACT. Cabe salientar que este instrumento frequentemente é utilizado em outras áreas como, por exemplo, com profissionais da saúde (Prestes, Beck, Magnago, Silva, & Tavares, 2015); Araújo (2018), com servidores de universidade (Silva, Gomes, & Alves, 2017), trabalhadores portuários (Silva, Limas, & Pereira, 2016), servidores técnicos do poder judiciário (Antloga, Maia, Cunha, & Peixoto, 2014) e policiais civis (Anchieta, Galinkin, Mendes, & Neiva, 2011).

Finalmente, pode-se afirmar que o presente estudo contribui para reiterar a necessidade de mais pesquisas relacionadas aos professores no âmbito rural. Espera-se que as condições de trabalho e os aspectos de riscos à saúde docente dentro do ambiente das escolas rurais possam ser objeto de outros estudos e que possibilitem melhorias para os professores que atuam também em contextos semelhantes como, por exemplo, escolas rurais ribeirinhas. Como sugestão, recomenda-se que sejam realizados trabalhos com um número maior de docentes e também outros profissionais da educação que atuam no contexto rural.

Referências

- Amazarray, M. R., Oliveira, G. F., & Feijó, F. R. (2019). Contexto de Trabalho e Transtornos Mentais Comuns em Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 19(3), 687-694. doi: 10.17652/rpot/2019.3.16744
- Anchieta, V. C. C., Galinkin, A. L., Mendes, A. M. B., & Neiva, E. R. (2011). Trabalho e riscos de adoecimento: Um estudo entre policiais civis. *Psicologia, Teoria e Pesquisa*, 27(2), 199-208. doi: 10.1590/S0102-37722011000200007
- Antloga, C. S., Maia, M., Cunha, K. R., & Peixoto, J. (2014). Contexto de trabalho e custo humano no trabalho em um órgão do poder judiciário brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(12), 4787-4796. doi: 10.1590/1413-812320141912.22252013
- Araújo, A. F. (2018). *Condições de trabalho de agentes comunitários de saúde* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6769>

- Arroyo, M. G. (2006). A escola do campo e a pesquisa do campo: Metas. In M. C. Molina (Org.), *Educação do campo e pesquisas questões para reflexão* (pp. 103-116). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Assunção, A. A., & Abreu, M. N. S. (2019). Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(Suppl. 1), e00169517. doi: 10.1590/0102-311X00169517
- Birolim, M. M., Mesas, A. E., González, A. D., Santos, H. G., Haddad, M. C. F. L., & Andrade, S. F. (2019). Trabalho de alta exigência entre professores: Associações com fatores ocupacionais conforme o apoio social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(4), 1255-1264. doi: 10.1590/1413-81232018244.08542017
- Bönnmann, P. A. (2015). *Realidades das escolas do campo: Um olhar crítico sobre espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica* (Monografia de graduação). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, RS, Brasil. Recuperado de <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3624>
- Carlotto, M. S., Câmara, S. G., & Oliveira, M. E. T. (2019). Intenção de abandono profissional entre professores: O papel dos estressores ocupacionais. *Revista Brasileira de Educação*, 24, e240028. doi: 10.1590/S1413-24782019240028
- Coelho, P. J. S., & Souza, E. C. (2011). Educação infantil no meio rural de Itaberaba (Bahia): Contexto, formação e práticas educativas. *Revista Retratos da Escola*, 5(9), 341-355. Recuperado de <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/16/179>
- Cortez, P. A., Souza, M. V. R., Amaral, L. O., & Silva, L. C. A. (2017). A saúde docente no trabalho: Apontamentos a partir da literatura recente. *Cadernos Saúde Coletiva*, 25(1), 113-122. doi: 10.1590/1414-462X201700010001
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 14(54), 7-11. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5817635/mod_resource/content/2/%5BDejours%5D_Por%20um%20novo%20conceito%20de%20Sa%C3%BAde.pdf
- Dejours, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2012). A carga psíquica do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli, & C. Jayet, (Orgs.), *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 67-118). São Paulo: Atlas.

- Dejours, C. (2015). *A loucura do Trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (6a ed.). São Paulo: Cortez-Oboré.
- Fernandes, B. M., & Molina, M. C. (2005). O campo da Educação do Campo. In M. C. Molina, & S. M. S. A. Jesus (Orgs.), *Por uma educação do campo: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo* (2a ed., pp. 53-90). Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”.
- Ferreira, M. C., & Mendes, A. M. (2003). *Trabalho e riscos de adoecimento: O caso dos auditores fiscais da previdência social brasileira*. Brasília: LPA /FENAFISP.
- Fonseca, C. C. O. P. (2001). *O adoecer psíquico no trabalho do professor de ensino fundamental e médio da rede pública do Estado de Minas Gerais* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/79890>
- Fonseca, S. C., & Silva Junior, A. F. (2007). Ser professor de história em escolas rurais: Identidades em construções. *Educação & Linguagem*, 10(15), 193-226, Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/163/173>
- Freitas, L. G., & Facas, E. P. (2013). Vivências de prazer-sofrimento no contexto de trabalho dos professores. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 13(1), 7-26. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100002
- Hashizume, C. M., & Lopes, M. M. (2006). Trabalho docente rural: Dores e prazeres do ofício. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(1), 99-108. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812006000100009&lng=pt&tlng=pt
- Hoffmann, C., Zanini, R. R., Moura, G. L., & Machado, B. P. (2019). Prazer e sofrimento no trabalho docente: Brasil e Portugal. *Educação e Pesquisa*, 45, e187263. doi: 10.1590/S1678-4634201945187263
- Mendes, A. M., & Ferreira, M. C. (2007). Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA: Instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In A. M. B. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas* (Cap. 5, pp. 111-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M., & Ferreira, M. C. (2008). Contexto de Trabalho. In M. M. M. Siqueira (Org.), *Medidas do Comportamento Organizacional: Ferramentas de Diagnóstico e Gestão* (pp. 111-123). Porto Alegre: Artmed.

- Oliveira, D. A., Gonçalves, G. B. B., Melo, S. D. G., Fardin, V., & Mill, D. (2002). Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas consequências para os professores. *Trabalho & Educação*, 11(11), 51-65. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8991>
- Organização Internacional do Trabalho. (1984). A condição dos professores: recomendação internacional de 1966, um instrumento para a melhoria da condição dos professores. Genebra: OIT/ UNESCO.
- Prestes, F. C., Beck, C. L. C., Magnago, T. S. B. S., Silva, R. M., & Tavares, J. P. (2015). Contexto de trabalho em um serviço de hemodiálise: Avaliação dos trabalhadores de enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 24(3), 637-645. doi: 10.1590/0104-07072015000220014
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2013). *Metodologia de Pesquisa* (5a ed., D. V. Moraes, Trad.). Porto Alegre: Penso.
- Santos, J. R. (2010). Da educação rural à educação do campo: Um enfoque sobre as classes multisseriadas. In *Anais do IV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*, Laranjeiras, SE, Brasil.
- Santos, R. S., & Santos, M. (2017). Educação do campo: Classes multisseriadas e seus desafios pedagógicos. In *Anais do 10 Encontro Internacional de Formação de Professores*. Aracaju, SE, Brasil. Recuperado de <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/5363/1601>
- Silva, R. M., Limas, B. T., & Pereira, L. S. (2016). Contexto de trabalho e custo humano do trabalho: Um estudo com trabalhadores portuários de transporte. *Barbarói*, (46), 98-118. doi: 10.17058/barbaroi.v0i46.6410
- Silva, R. S., Gomes, A. C. C., & Alves, B. L. (2017). A Percepção dos servidores acerca do contexto de trabalho no âmbito do instituto federal de educação e tecnologia. In D. B. Pereira, & J. B. Vieira (Orgs.), *Anais Eletrônicos do IV Encontro Brasileiro de Administração Pública* (Vol. 1, pp. 775-785). João Pessoa: SBAP. Recuperado de <http://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0775-785-a-percepcao-dos-servidores-acerca.pdf>
- Silveira, K. A., Enumo, S. R. F., & Batista, E. P. (2014). Indicadores de estresse e estratégias de enfrentamento em professores de ensino multisseriado. *Psicologia Escolar e Educação*, 18(3), 457-465. doi: 10.1590/2175-3539/2014/0183767

Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista Socerj*, 20(5), 383-386. Recuperado de http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf

Endereço para correspondência

Paulo Roberto Ribeiro Marinho

Avenida Tancredo Neves, 50, Centro, Boituva - SP, Brasil. CEP 18550-000

Endereço eletrônico: psicopaulomarinho@yahoo.com.br

Maria Luiza Gava Schmidt

Avenida Dom Antonio, 2100, Vila Tênis Clube, Assis - SP, Brasil. CEP 19806-900

Endereço eletrônico: mlgschmidt@uol.com.br

Mário Sérgio Vasconcelos

Avenida Dom Antonio, 2100, Vila Tênis Clube, Assis - SP, Brasil. CEP 19806-900

Endereço eletrônico: mariosergio@unesp.br

Recebido em: 29/11/2019

Reformulado em: 11/10/2020

Aceito em: 13/10/2020

Notas

* Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Docente do Curso de Graduação em Psicologia na Faculdade FAESB- Tatuí/SP.

** Pós-doutorado pela Faculdade de Saúde Pública – USP. Docente do Curso de Graduação em Psicologia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Unesp/Assis.

*** Livre-docente em Psicologia – UNESP. Docente do Curso de Graduação em Psicologia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Unesp/Assis.

Este artigo de revista **Estudos e Pesquisas em Psicologia** é licenciado sob uma *Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 3.0 Não Adaptada*.